

Diário da Assembléia

Nº 2.501

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 28 DE JULHO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLDO BIANCHI
OLIVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTONIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDY SILVERIO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CÔRTEZ
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TULIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olivio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Côrtes — Amadeu Puppi
M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros
Secretário: Maria Amália Cesar Cercal de Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS
PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:
ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Lossó — Amadeu Puppi
M.D.B.: Alencar Furtado
Secretário: Lélio Guimarães Soto-Maior
Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Silvío Barros
Secretário: José do Canto Filho
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara
Secretário: Elcy Silva Batista
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Igo Lossó — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo
Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto
Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Seme Scaff
M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:
ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli
M.D.B.: Olivir Gabardo
Secretário: Gilberto Felix de Silva
Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)
ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo
Suplentes:
ARENA: Emílio Carazzai — Igo Lossó — Seme Scaff — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Olivir Gabardo
Secretário: Lóris Cordeiro de Barros
Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Lossó (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)
ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Côrtes
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:
ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes
M.D.B.: Eurico Rosas
Secretário: Ivo Gusso
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Igo Lossó — Luiz Cruz — Roberto Wypych
Suplentes:
ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros
Secretário: Ney Rodrigues
Reuniões: Quinta-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Côrtes
M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:
ARENA: Igo Lossó — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior
M.D.B.: Nelson Buffara
Secretário: Roberto Diaz Satyro
Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)
ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani
Suplentes:
ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Lossó

M.D.B.: Eurico Rosas
Secretário: Carmen Aparecida Fregonese
Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)
ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:
ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Côrtes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira
M.D.B.: Eurico Rosas
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência
Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

4.ª Sessão Legislativa da 5.ª Legislatura **Ata da 108.ª Sessão Ordinária** **Realizada em 28 de julho de 1970 — (Terça-feira)**

Presidência do sr. deputado Arthur de Souza, secretariada pelos srs. deputados Haroldo Bianchi e Gabriel Manoel.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzali, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacili, Ivo Tomazoni, João Mansur, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Paulo Camargo, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sílvio Barros, Túlio Vargas (30); achando-se ausentes, os seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Agnaldo Pereira Lima, Igo Lasso, Jorge Sato, Ovídio Franzoni, Pinto Dias, Paulo Poli, Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n. 85/70, oriundo de Mensagem Governamental de n. 11/70, comunicando haver em data de 13 do mês em curso SANCIONADO os Projetos de Lei ns.:

38/70:

Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n. 11-70, que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.435.504,00 (três milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e quatro cruzeiros), à Secretaria de Educação para a instalação e funcionamento da Fundação Teatro Guaíra, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.123. — **Agradeça-se.**

35/70:

Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n. 8-70, que em conformidade com o disposto no § único do Artigo 5.º do Decreto Lei Federal n. 999, de 21-10-69, que visa fixar o percentual relativo à participação dos Municípios Estaduais, na cobrança da Taxa Rodoviária Única, bem como estabelecer normas para as respectivas entregas, tomando por Lei o n. 6.124. — **Agradeça-se.**

79/70:

Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n. 14-70, que autoriza o Poder Executivo a conceder em nome e à conta dos recursos do Tesouro do Estado do Paraná, fiança ao Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. — **BADEP**, para garantir os empréstimos que este vier a contrair junto ao Banco Nacional de Habitação, tomando por Lei o n. 6.125. — **Agradeça-se.**

Sob o n. 86-70, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver em data de 13 do mês em curso, SANCIONADO os Projetos de Lei ns.:

228/68:

Do senhor deputado Abrahão Miguel, que denomina "Quedas do Iguagu" o município de Campo Novo, na comarca de Laranjeira do Sul, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.126. — **Agradeça-se.**

27/70:

Do senhor deputado NELSON BUFFARA, que autoriza o Poder Executivo a declarar de utilidade pública o "Centro Social da Paróquia Cristo Rei", com sede nesta Capital, tomando por Lei o n. 6.127. — **Agradeça-se.**

234/68:

Do senhor deputado PAULO CAMARGO, que declara de utilidade pública a Pia Sanitária Filhas de São Paulo, filial de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.128. — **Agradeça-se.**

48/70:

Do senhor deputado TÚLIO VARGAS, que declara de utilidade pública o Instituto de Cultura Espírita do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, com sede e fóro nesta Capital, tomando por Lei o n. 6.129. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Sílvio Barros, solicitando Regime de Urgência para o Projeto n. 145-70.

Requerimento

Senhor Presidente:
 Requeremos a Inversão da Ordem do Dia de hoje, para fins de discussão e votação.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1970.

(a) — Antônio Lopes Júnior.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do professor doutor Antônio de Oliveira Salazar, ex-primeiro Ministro de Portugal.

Antônio de Oliveira Salazar é justamente considerado a maior figura portuguesa deste século e um dos mais destacados estadistas da História Universal. O presidente Emílio G. Médici decretou luto oficial por três dias em todo o território nacional, e o vice-presidente da República, Almirante Augusto Rademaker, representará o nosso Governo nos funerais do ex-presidente do Conselho de Ministros português.

Senhor Presidente, dentro da verdadeira perspectiva da História, jamais poderemos esquecer esta grande figura de pensador político, financista e homem de Estado, cuja visão internacional, austeridade pessoal, coerência, moderação e sabedoria, impressionaram profundamente as novas gerações. Oliveira Salazar nasceu pobre e morreu pobre. Muito jovem ainda tornou-se um dos mais respeitados Mestres da Universidade de Coimbra. Ele não queria o Poder, não conspirou, não chefiou nenhum grupo, não manejou a intriga, não venceu os adversários pela força organizada. Foi-lhe dado o Governo, não o conquistou. Durante dezessete anos, das tormentas da demagogia, Oliveira Salazar começou a sua obra no Ministério das Finanças, sem estardalhaço, realizando, em poucos anos, um verdadeiro milagre econômico

em Portugal. O escudo tornou-se uma das moedas mais fortes, atravessando as maiores crises financeiras do mundo, sem sofrer o menor abalo.

Impondo-se ao respeito de todos, Oliveira Salazar conseguiu afastar Portugal daquela grande fogueira que foi a Segunda Grande Guerra. Enquanto a Europa foi devastada pela guerra, o saneamento financeiro e a manutenção da paz em todos os territórios ultramarinos e das ilhas adjacentes, fizeram com que Portugal apresentasse um aspecto de oásis num mundo conturbado. E apesar de todas as calúnias e distorções lançadas aos ventos pela imprensa a serviço do comunismo, Oliveira soube ser um Estadista profundamente humano, que deu valor à juventude e ao ensino, que possuía verdadeira paixão pelas flores, pois o jardim do Palácio do Primeiro Ministro era uma obra-prima de floricultura.

Por tudo isso, senhor Presidente, o povo paranaense deseja associar-se aos sentimentos do Governo brasileiro, expressos tão oportunamente através dos seus representantes.

Requeremos se de ciência ao sr. Cônsul de Portugal em Curitiba.

a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro a inserção na Ata de um voto de pesar pelo falecimento do prestante cidadão Nestor Ribas Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, no último dia 25.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1970.

(a) Eurico Rosas

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, de acordo com as prerrogativas regimentais, vem respeitosamente requerer de V. Exa., ouvido o Plêniário, seja oficiado o exmo. sr. Secretário da Educação nos seguintes termos:

Senhor Secretário:

Atendendo a manifestação e o convite do exmo. sr. vereador Maurício Frust, visitei a semana próxima passada a Escola Isolada de Campinhos, situada no vizinho município de Bocaiuva do Sul, que permanece até esta data do corrente ano letivo fechada e sem professora.

Sr. Secretário, lamentavelmente pude verificar que o fato acima referido somente ocorreu na gestão de V. Exa., porquanto nos anos anteriores a Escola funcionava normalmente. Cumpre ainda sr. Secretário informá-lo que aproximadamente 40 crianças anteriormente matriculadas naquela Escola estão seriamente prejudicadas pela falta de condições impedidas de iniciarem o curso primário.

Lamentável é ainda que ocorrências desta natureza venham a contrariar as iniciativas governamentais que falam de existência de uma professora para cada estabelecimento o que não corresponde a realidade, de vez que a Escola de Campinhos por mim visitada em companhia do ilustre Edil, está efetivamente abandonada.

Ao final solicito, em consonância com os srs. Deputados com assento nesta Assembleia Legislativa, sejam atendidas as exigências das famílias que dependem do funcionamento da Escola Isolada de Campinhos para a educação de seus filhos, seja determinada por V. Exa. a indicação de uma professora para o estabelecimento supra citado.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1970.

(a) Sílvio Barros

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção em Ata de um voto de aplausos aos senhores dr. Paulo Cruz Pimentel e coronel Júlio Werner Hackrat, respectivamente governador do Estado do Paraná e Secretário da Segurança Pública, pelo indicação do major Walmar Binde para ocupar o cargo de Delegado de Polícia da cidade de Castro.

Ao final, requer ainda, uma vez aprovado o presente requerimento, seja dado ciência desta deliberação aos senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública do Estado, traduzindo a satisfação e a gratidão do povo daquela cidade por tão feliz escolha.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1970

(a) Gabriel Manoel

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N. 163-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a obter empréstimo externo até o montante de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em moeda estrangeira, considerada cotação câmbio da data desta Lei, para atender ao custeio com pavimentação, serviços complementares, e estudos de engenharia especificamente do trecho de estrada compreendido entre Londrina e Mauá (Londrina-Mauá), em uma extensão de aproximadamente 65 km. constante do Plano Diretor, elaborado pelo GEIPOP, em cooperação com o BIRD, para o decênio de 1.966-1.976.

§ Único — A garantia a ser oferecida para a consecução do empréstimo a que se refere a presente Lei, consistirá na emissão de Notas Promissórias, até o valor constante do artigo anterior, negociáveis e transferíveis, para cuja emissão e aval ficam autorizados o Governo do Estado, o Tesouro do Estado, e bem assim o Banco do Estado do Paraná S.A., e o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., respeitados, quanto a estes, as limitações legalmente impostas referentes a juros, capital, e taxas edicionais, em favor de financeiras estrangeiras.

Art. 2.º — A operação de crédito a que faz referência o Art. 1.º deverá obedecer as normas estabelecidas pelo Governo Federal, através de seus órgãos competentes, inclusive no que concerne a juros, taxas, comissões, carência e prazos.

§ 1.º — Os ônus tributários sobre o pagamento do principal e juros ficará a cargo do mutuário final da operação de crédito.

§ 2.º — O pagamento de taxas adicionais de expediente, abertura de crédito, calculado sobre o capital e juros será suportado pelo Estado até o limite de 3,2% (três virgula dois por cento), devendo constar nos Orçamentos Plurianuais de Investimentos a importância da despesa.

Art. 3.º — Nos Orçamentos Plurianuais de Investimento constarão do-

ações anuais destinadas a amortização e resgate da operação de crédito ora autorizada de acordo com os critérios de amortização e resgate no valor a ser contratado com o fundamento na presente Lei.

Art. 4.º — A contratação dos serviços previstos no Art. 1.º, do presente diploma legislativo, será feita consoante as condições estabelecidas nesta Lei, e conforme as disposições do Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1.967.

§ 1.º — Para a contratação dos serviços, no interesse do serviço público e segundo o Decreto-Lei 200, serão levadas em conta as condições de qualidade e de pagamento, rendimento, preço, prazo, e bem assim, tendo em vista a necessidade da imediata execução da obra, e a complexidade para a conclusão do financiamento externo, o Poder Executivo procederá a contratação direta dos serviços com a preferência da empresa que cumprir as condições favoráveis à obtenção do empréstimo externo.

§ 2.º — Os preços dos serviços serão estabelecidos na Tabela de Preços do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aprovada pelo Conselho Executivo daquele órgão, em 18-5-64, devidamente atualizada.

§ 3.º — As revisões de preços deverão obedecer rigorosamente as normas contidas na legislação federal (decreto-lei 185-57).

§ 4.º — Para impedir o retardamento das obras contratadas mediante financiamento externo fica o Poder Executivo autorizado a consignar no orçamento os recursos necessários que correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Geral do Estado, na dotação 70 — 4 — 2 — 62 — 03 — 0, Departamento de Estradas de Rodagem, Consignação 4.330.000 "auxílio para Obras Públicas", um crédito suplementar até o valor de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a sua abertura, o produto do empréstimo de que trata a presente Lei.

§ 1.º — O crédito aberto será utilizado para pagamento à vista, especificamente ao empreiteiro contratante.

Art. 8.º — O Poder Executivo poderá expedir instruções complementares quando necessário ao fiel cumprimento desta Lei.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1970

a) Erondy Silvério

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei que ora submetemos à elevada apreciação de nossos pares, é altamente significativo, pois visa supletar recursos financeiros destinados a obras a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem, onde, como é do conhecimento geral, a Administração Pública vem concentrando grandes esforços no sentido de que, ainda no decurso deste ano, sejam iniciadas ou concluídas novas obras rodoviárias, fato que, sem a menor sombra de dúvida, dará motivação a que o Estado do Paraná apresente um desenvolvimento em índices nunca antes verificados em nosso Estado.

Por outro lado, merece destacar que o projeto de lei em questão, contém dispositivos expressos de que, na sua execução, deverão, ser rigorosamente obedecidos preceitos da Legislação Federal, aplicáveis à espécie, como sejam os Decretos-Lei números 185-67 e 200-67.

PROJETO DE LEI N. 164-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É considerada de Utilidade Pública a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, com sede em Curitiba.

Parágrafo — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de julho de 1970.

(a) Abraão Miguel

JUSTIFICATIVA:

A Associação de que trata o presente Projeto de Lei, é mantida por ponderável grupo de senhoras da sociedade curitibana e suas finalidades tem alcançado êxito, meros de uma orientação imprimeada por seus diretores, que não percebem remuneração e seus objetivos e metas especificadas nos seus Estatutos, (documento acostado), merecem a proteção do Poder Público.

Espera o proponente a compreensão dos nobres Pares com a aprovação deste plano de Lei.

PROJETO DE LEI N. 165-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Passa a denominar-se São Jorge do Ivaí o atual município de São Jorge.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de julho de 1970.

(a) Túlio Vargas

JUSTIFICATIVA:

A mudança de denominação do atual município de São Jorge, para São Jorge do Ivaí, é reivindicação do seu povo, traduzida pelos seus representantes na respectiva Câmara Municipal, ao Chefe do Poder Executivo da república pelo sr. Prefeito de São Jorge e Legislativo local, nos expedientes anexos.

PROJETO DE LEI N. 166-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Súmula: Autoriza a criação da Fundação Federação de Escolas Superiores de Cascavel.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Federação das Escolas Superiores de Cascavel sob forma de Fundação de Direito Público congregando uma Faculdade de Educação (nos termos do parecer 252-69 do Conselho Federal de Educação), uma Faculdade de Agronomia e uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com cursos de Matemática, Química, Ciências Biológicas e Licenciatura em Ciências — 1.º Ciclo.

Parágrafo Único — A Fundação Federação de Escolas Superiores de Cascavel terá personalidade jurídica própria e gozará de autonomia didático, científica, administrativa e financeira, nos termos da lei e dos seus estatutos que serão aprovados por decreto do Poder Executivo.

Art. 2.º — O Poder Executivo, no decreto de instituição da entidade, após audiência do Conselho de Educação competente, determinará qual das unidades federadas deverá entrar em funcionamento para o ano imediatamente posterior e dará o cronograma de implantação das outras.

ferida comum. Este projeto apenas consubstancia a aludida reivindicação.

Art. 3.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

a) pelos bens móveis e equipamentos que ine inorem expressamente destinados;

b) pelo saldo dos exercícios financeiros;

c) pelos auxílios de doações e legados recebidos de entidades Federal, Estadual e particular.

Art. 4.º — A receita da Fundação será proveniente de:

a) auxílios constantes do Orçamento do Estado sob forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos;

b) auxílios e contribuições constantes do Orçamento da União e dos municípios;

c) taxas e emolumentos escolares;

d) rendas patrimoniais;

e) rendimentos de serviços prestados;

f) auxílios e contribuições de entidades públicas e particulares de pessoas físicas e jurídicas.

Art. 5.º — A Fundação será administrada pelos seguintes órgãos:

a) Conselho de Curadores;

b) Conselho Federativo;

c) Diretoria.

Art. 6.º — Compete ao Conselho de Curadores:

I — Elaborar o seu regimento;

II — Autorizar despesas não previstas e aprovar contas;

III — Receber doações e autorizar alienações;

IV — Fixar níveis salariais do pessoal docente e administrativo.

V — Obter financiamentos;

VI — Integrar a Fundação na comunidade;

VII — Fiscalizar a execução do orçamento.

Art. 7.º — Competem ao Diretor Geral as funções executivas e a representação perante terceiros, em Juízo e fora dele.

Art. 8.º — Compete ao Conselho Federativo:

I — Elaborar o regimento da vida escolar da Fundação submetendo-o à aprovação do órgão competente;

II — Deliberar, em última análise, sobre a política científica da Fundação;

III — Conhecer os recursos interpostos contra os atos do Diretor Geral;

IV — Elaborar lista sextupla para nomeação do Diretor Geral e Vice-Diretor pelo Senhor Governador;

V — Elaborar, em lista triplice, para nomeação pelo Governador, os nomes para o Conselho de Curadores.

Art. 9.º — O Conselho de Curadores será composto de 6 (seis) membros nomeados pelo Governador, com mandato de três anos, sendo presidido pelo Diretor Geral.

Art. 10 — O Conselho Federativo, que terá como presidente o Diretor Geral da Fundação, será composto de Vice-Diretor da Fundação e de dois representantes das Congregações de cada unidade federada, um dos quais será sempre o Diretor.

Art. 11 — O Diretor Geral e Vice-Diretor serão nomeados pelo Governador, pelo mandato previsto na legislação federal competente, dentre os professores efetivos ou estáveis em exercício, constantes de lista sextupla elaborada pelo Conselho Federativo.

Art. 12 — Os níveis salariais da Fundação não excederão aos previstos para idênticas funções do Quadro do Magistério e do Quadro Único do Poder Executivo.

Art. 13 — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de julho de 1970.

(a) Roberto Wypych

JUSTIFICATIVA

A criação da Federação das Escolas Superiores de Cascavel está inteiramente dentro da Lei n.º 4.978, Sistema Estadual de Ensino — que trata minuciosamente dos princípios e requisitos para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino oficial e particular no Estado do Paraná.

Diz o seu art. 24:

"As fundações e outras instituições educacionais mantenedoras de estabelecimentos oficiais, cujo patrimônio e dotações devam provir do poder público estadual ou municipal, deverão ser criadas por lei especial, aprovada pelo legislativo estadual ou municipal."

É, pois, com base nesse artigo que apresentamos o presente plano de lei.

Por outro lado o desenvolvimento da Região Oeste do nosso Estado está realmente ultrapassando todas as expectativas e apresentará, nos próximos anos, os mais altos índices de crescimento demográfico e econômico. Não pode o Poder Público se distanciar desse desenvolvimento. Ao contrário, deve o Governo estabelecer planos de estudos e programas de ensino considerados como fatores do progresso econômico e social, estabelecendo prioridade nos orçamentos públicos para os gastos com a educação numa conjugação de esforços com a iniciativa privada que poderá cooperar economicamente para o desenvolvimento da educação. Tanto assim é que o próprio art. 197 da Lei n.º 4.978 Sistema Estadual de Ensino diz, O Poder Público estadual estimulará a colaboração popular em favor das fundações e instituições culturais e educativas de qualquer espécie, grau ou nível, sem finalidades lucrativas, inclusive divulgando, que nos termos do artigo 107, da Lei Federal n.º 4.024, de 1961, será facultada, aos contribuintes do imposto de renda a dedução dos auxílios ou doações comprovadamente feitos a tais entidades".

A região Oeste do Estado, compreendida entre os Rios Iguaçu, Paraná e Piquiri, abrangendo os municípios de Cascavel, Toledo, Marçal Rondon, Corbélia, Catanduvas, Leônidas Marques, Laranjeiras do Sul, Guaraniáçu, Nova Aurora, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa do Oeste, Guairá, Santa Helena, Céu Azul, Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu, caminha rapidamente para uma população de um milhão de habitantes, onde existem quase trinta estabelecimentos de ensino médio. Está em condições, portanto, de alimentar uma corrente permanente de candidatos ao ensino superior. cremos que é do interesse do povo, como também é do interesse do Estado a criação da Fundação de Ensino proposta, e a criação e o funcionamento de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que tenha por finalidade principal a formação de professores para o ensino médio, e que represente para a região real necessidade, bem como da Escola de Agronomia, a fim de preparar o pessoal técnico reclamado por uma zona econômica que vive da agricultura e da pecuária, quase que exclusivamente.

Finalmente, em abono do presente anteprojeto de lei poderíamos citar opiniões as mais valiosas de eminentes personalidades de âmbito nacional, tais

como o grande jurista Alberto Deodato que, embora exercendo a cátedra de direção da Universidade Federal de Minas Gerais, defendeu e defende a tese da interiorização do ensino superior tendo sido criadas, naquele Estado, inúmeras Fundações Educacionais para esse fim, mesmo em cidades menos importantes do que Cascavel, a "Capital do Oeste" do Paraná, escolhidas para sede e fôro da Fundação a que nos propomos a criar, em face de se constituir em cidade central da região.

Sobre o meio estudantil e cultural, conforme informações da 45ª TRE, Cascavel conta com 6 escolas secundárias de 1.º ciclo, englobando 2.095 alunos; 3 escolas secundárias de 2.º ciclo, com 616 alunos; já concluíram o 2.º ciclo 345 jovens cascavenses e ainda 180 professores normalistas que atualmente lecionam nos cursos primários e aproximadamente 80 professores no curso secundário, não titulados. Contamos com 26 professores licenciados nas mais diversas disciplinas, além de 105 profissionais liberais com cursos superiores variados. Devem ser considerados também os dados não computados dos 19 municípios vizinhos, que no seu total ampliariam em muito o que foi citado.

Cascavel possui hoje aproximadamente 60.000 habitantes, segundo dados fornecidos pela "PLANEP", (Somente na cidade), cifra esta que a exemplo dos anos anteriores tende a crescer em ritmo acelerado. Desse total, 70% são jovens — o que é importante — jovens de grandes aspirações. O mesmo praticamente ocorre com os demais 500.000 habitantes da região.

Por sua situação geográfica, Cascavel é indubitavelmente o centro polarizador de no mínimo 19 municípios vizinhos, quais sejam: Laranjeiras do Sul, Guaraniáçu, Catanduvas, Corbélia, Nova Aurora, Formosa do Oeste, Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Toledo, Santa Helena, Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Cêu Azul e Capitão Leônidas Marques. Note-se que desses municípios a sede mais distante localiza-se apenas a 180 km de Cascavel.

Não contando Cascavel e toda a região oeste com uma escola superior de ensino, pode-se avaliar a afiliação do nosso meio estudantil, que se vê obrigado a interromper os estudos ao término do curso secundário; não se ignora que, exatamente como ocorre em todo o Brasil, poucos têm condições financeiras que permitam continuar seus estudos num centro maior. Fica assim a maior parte de nossa juventude à margem do progresso e de melhores condições sociais.

Citaremos ainda uma cifra: Cascavel possui mais de 10.000 alunos nos cursos primários, em poucos anos serão 10.000 formandos do nível secundário.

Por tais razões convicts de que a medida ora proposta vem ao encontro não apenas dos interesses da próspera região oeste paranaense, mas de modo especial dos propósitos do Governo Federal, consubstanciados na atual programação para o setor educacional, submetemos à elevada consideração dos nobres procuradores políticos do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.
Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.
Amanhã, dia 29 de julho de 1.970, a cidade de Paranaguá comemorará o seu tricentésimo vigésimo segundo aniversário, razão pela qual estamos aqui nesta tribuna para homenagear a cidade onde se iniciou a cultura e civilização de nosso Estado. Isto faremos através de um requerimento que traremos à presença de Vv. Exas.: (Lê) "REQUERIMENTO

Sr. Presidente:
O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental requer a inserção em Ata de voto de regozinho pelo transcurso amanhã, dia 29 de julho, do 322.º aniversário de Paranaguá, berço da civilização paranaense.

A história de Paranaguá é a própria história da grandeza de nosso Estado. A Vila Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá foi criada por Carta Régia de 29 de julho de 1.648, outorgada pelo Ouvidor Geral do Brasil, Antônio Raposo da Silveira, em nome do Rei de Portugal, sendo instalada, solenemente, a 9 de janeiro do ano seguinte.

Em 1.660 foi elevada a categoria de Capitania para mais tarde pela Lei Provincial n.º 5 de São Paulo, datada de 5 de fevereiro de 1.842, chegar à condição de cidade.

A margem de cada data há que se destacar um profundo significado histórico de nossas origens, porque o número frio que marca o tempo assinala, também, a supremacia do homem frente o desconhecido.

E Paranaguá foi o marco de tudo: a vitória sobre o planalto e a grande caminhada em direção ao interior, as primeiras idéias paranaenses e a inteligência do Paraná, e, acima de tudo, o surgimento dos sentimentos paranaístas.

De Paranaguá saíram os homens que plantaram em todos os quadrantes do Estado a nossa civilização; superando obstáculos, vencendo fraquezas e triunfando sobre as próprias conquistas, o que revelou, desde logo, o espírito que dominaria os paranaenses de não se deixar embalar nas glórias efêmeras. Assim se construiu o Paraná de hoje, que, projetado no cenário histórico, há de estar sobreposto àqueles homens e mulheres de Paranaguá cujas vidas foram a semente fértil da qual germinou a nossa civilização.

Nesse preito de homenagem não caberia citar nomes ou destacar posições, bastando afirmar que somos o que somos, porque Paranaguá, do mais humilde ao mais brilhante homem, foi o que foi: a nossa grandiosa origem.

Requer, ainda, que se dê ciência da decisão do Plenário ao ilustíssimo senhor Interventor Federal e Câmara Municipal de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1.970.

(a) Nelson Buffara."

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (assentimento).
Nobre deputado Nelson Buffara, V. Exa. evidentemente representa esta Casa...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência pediria ao Deputado que não apartasse, porque se trata do Pequeno Expediente.

O sr. Alencar Furtado — Mas como não pedi o aparte a V. Exa. e sim ao orador, imaginei que poderia fazê-lo.

O SR. NELSON BUFFARA — Exatamente, eu concedi o aparte a Sua Excelência.

O SR. PRESIDENTE — Não é oportuno.

O sr. Alencar Furtado — Apenas complementando então, quero congratular-me com V. Exa., nobre deputado Nelson Buffara, pelo aniversário de emancipação política da cidade de Paranaguá cidade que é o berço de nossa cultura e da nossa vida política e que V. Exa. tão brilhantemente representa

nesta Casa. Peço a V. Exa. em nome do MDB, levar a Paranaguá as nossas congratulações mais sentidas.

O SR. NELSON BUFFARA — Muito obrigado nobre deputado Alencar Furtado, e quero adiantar que seu pensamento está identificado com o povo de Paranaguá, que vê em V. Exa. um grande tribuno e com a maior simpatia, na área litorânea.

Lerei em seguida, sr. Presidente. srs. Deputados, um requerimento de voto de pesar, pelo falecimento do 1.º ministro Antônio de Oliveira Salazar.

O requerimento diz o seguinte: — (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro, na forma regimental e ouvido o Plenário, se consigne, na Ata dos presentes trabalhos, voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre ex-ministro de Portugal dr. António de Oliveira Salazar ocorrido ontem naquele País amigo, após longa enfermidade.

Com 81 anos de idade e quase meio século de Governo, o notável político português deixa o seu nome perpetuado na história do seu País como a maior figura portuguesa deste século.

Como estadista e pensador cristão, realizou na sua vida pública e particular o ideal quase inatingível, qual seja o de pregar e viver a um só tempo os valores mais altos da sua crença.

E o seu próprio sucessor, o primeiro ministro Marcelo Caetano, quem diz: "Para termos uma ideia do valor de sua personalidade, basta compararmos o Portugal que ele pegou ao assumir o Governo e o Portugal que deixou ao morrer. Recebeu um País entristecido e deixou um País em paz e ordem, consciente dos seus objetivos".

O desaparecimento de tão ilustre figura conternou não só os seus compatriotas, mas, por igual, todo o mundo, principalmente o povo brasileiro por quem o grande estadista nutria especial admiração.

Requeiro, ainda, uma vez aprovado este requerimento, que esta Assembleia, por intermédio da douta Mesa, se dirija ao exmo. sr. Embaixador de Portugal, em Brasília, bem como ao exmo. sr. Cônsul desse País amigo, em nossa Capital, manifestando a Suas Exas., o sentido pesar do Poder Legislativo paranaense.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1.970.

(a) Nelson Buffara."

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência assinala a visita honrosa do prefeito municipal de Moreira Sales, sr. Eurides Romano e também do sr. Edilson Copia, e do sr. Celso Peruso, dois próceres políticos de São Jerônimo da Serra. Passa-se ao Grande Expediente.

Está inscrito para falar, no Grande Expediente, o sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Renuncio, sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — Tenho renunciado o sr. Nelson Buffara, está inscrito e a Presidência dá a palavra ao sr. deputado Eurico Rosas, do M.D.B..

O SR. EURICO ROSAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Numa das sessões anteriores, eu, ocupando a tribuna, apresentava um apelo ao sr. Governador do Estado do Paraná, no sentido de que fosse adiado o prazo para o recolhimento do I.C.M., pelas classes empresárias, e argumentava que isso se tornava uma verdadeira necessidade para o bem do próprio Estado e porque a classe empresarial, arcando com o pagamento do I.C.M., num prazo de 15 dias após o faturamento do produto manufaturado ficava desfalcada de seu capital de giro, o que acarretava, é lógico, um grande transtorno no desenvolvimento industrial do Estado do Paraná e quando fizemos este apelo ao sr. Governador do Estado, nós estávamos traduzindo o anseio da Associação Comercial da cidade de Guarapuava, onde residem industriais que têm por base a indústria extrativa e aqueles que trabalham com uma indústria baseada na extração da matéria prima. Fica o industrial com uma responsabilidade muito grande, com um ônus muito pesado do pagamento do I.C.M., antes do recebimento da matéria fabricada e colocada à venda no comércio consumidor. Afirmava, então, nesta ocasião que o Estado de São Paulo poderia servir de exemplo aqui no Paraná, pela sua grandeza e pela sua riqueza. Lá é que estão as grandes indústrias e as grandes empresas. Portanto, é de se esperar que lá no Estado de São Paulo menor fosse a necessidade de um adiamento para o recolhimento do I.C.M., entretanto, naquele Estado tal acontece. Citei, também, casos do Rio Grande do Sul que criava muitos incentivos fiscais para atrair empresas, para ali se estabelecessem; citei o caso de Minas Gerais, que fazia até investimentos para poder criar ambiente favorável ao desenvolvimento industrial e comercial daquele Estado. Hoje venho aqui dizendo que destaquai do jornal "Estado de São Paulo", no dia 24, a seguinte nota.

Isto acontece também no Rio Grande do Sul, e o Paraná, quando pede somente o adiamento para o pagamento do I.C.M., não alcança o objetivo. Enquanto isto acontece neste Estado, os outros Estados marchando para a frente, assistem o produtor e concedem incentivos fiscais, propiciando o engrandecimento destes Estados. Então, destaquai neste jornal "O Estado do Paraná", a nota que passo a ler.

(Lê)

(A matéria lida não foi encaminhada ao Serviço Taquigráfico).

Vejam, srs. Deputados, o que se passa no Rio Grande do Sul, e façam confronto com o que se registra no Paraná. Um Estado carente de recursos financeiros, com capital para movimentar sua indústria crescente e vem um Estado já tradicional, com sua economia firmada através de uma tradição conquistada desde longo tempo, a fazer essas concessões todas especiais, pondo dificuldades ao crescimento industrial de nosso Estado.

Aí a razão que nos levou a fazer aquele apelo anterior, já reforçado por esta nota que acabo de ler, extraída do jornal "Estado de São Paulo".

Também a revista "Mundo Econômico", cujo número não trouxe comigo neste instante registra aquele prazo de adiamento concedido pelo Ministério da Fazenda, para pagamento do imposto de produtos industrializados. Quando o ministro Delfin Neto, que já havia concedido um prazo de 60 a 65 dias, agora aumentou esse prazo de recolhimento desse tributo federal para 120 dias, exatamente baseado no fundamento de dotar os industriais de um maior e melhor capital de giro, maior incremento às suas empresas e fábricas.

Essas são razões que queria aduzir à minha fala anterior, para dar uma maior segurança, mais substância para que realmente o Estado do Paraná busse propõe a ser o 2.º da Federação, não espere para ser o último a reconhecer esse direito dos industriais, de serem assistido pelo Governo que nada perde.

ria com a concessão pleiteada, mas muito lucraria toda classe empresarial do nosso Estado.

Essas as considerações que queríamos fazer, em aditamento ao requerimento anteriormente apresentado nesta Casa.

Agora sr. Presidente, srs. Deputados, queria tratar de um outro assunto, que reputo de alto interesse também para o Estado do Paraná. Quase que diariamente fazemos o percurso Curitiba-Ponta Grossa, percorrendo essa magnífica estrada, por onde circulam quase que todas as viaturas do Paraná, transportando nossas riquezas, desenvolvendo todo tipo de atividade, de modo a fazer com que nós paranaenses nos orgulhemos de pertencer a um Estado tão grandioso como este. Mas essa rodovia agora já está quase que impedida de receber maior afluxo no setor de transportes, pelo acúmulo de veículos e viaturas que por ali trafegam. Isso tem trazido para aqueles que se servem dessa rodovia, inúmeros transtornos, acidentes diários que ali se registram com consequências fatais. Tenho presenciado quase que diariamente acidentes dessa natureza. É um problema velho, já conhecido de todos e também do Governo do Estado, e precisamos lembrar desta tribuna de que agora chega o momento do Governo resolver esse problema. Sua solução torna-se urgente, urgentíssima mesmo, porque a atual estrada, pelos benefícios que já prestou à economia paranaense, já se pagou por si mesma. É preciso de que o Governo vá ao encontro dos reclamos das classes produtoras do Estado, dos homens que viajando pelas estradas conduzem nossa riqueza e dão condições de progresso ao nosso Estado.

Necessário se faz pois a construção de uma nova via ligando Ponta Grossa a Curitiba, de vez que esta estrada, realmente, funciona com uma verdadeira "boca de funil" onde todas as condições que vêm de todas as partes do Estado terminam neste trecho da Rodovia do Café.

É preciso, necessariamente, que o Governo compreenda esta necessidade da solução deste problema. Neste sentido, encaminho à Mesa o seguinte requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, tendo em vista que no trecho Ponta Grossa-Curitiba, da Rodovia do Café, a cada dia que passa, mais intenso é o tráfego de veículos, em consequência do que inúmeros acidentes ali são registrados, quase que diariamente, e muitos deles, de consequências fatais, como aliás é do conhecimento de todos os usuários daquela estrada e do próprio Governo do Estado que anota o seu movimento através levantamentos estatísticos; requer:

1) que o Governo do Estado faça constar do seu plano de obras para o próximo ano, a construção de uma nova via pavimentada ligando Ponta Grossa-Curitiba.

2) que em vista do citado trecho de estrada ser uma das mais importantes para a economia do Estado, pois que por ele circula quase que a totalidade da riqueza paranaense, torna-se também necessária e urgente a construção de uma via pavimentada Ponta Grossa-Palmeira, a qual terá uma dupla finalidade: desafogar o tráfego e assegurar a ligação Ponta Grossa-Curitiba, no caso de reparação e desobstrução do leito da rodovia e reconstrução de pontes e viadutos.

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1.970".

O sr. Roberto Galvani — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Este aparte é apenas para esclarecer a V. Exa., deputado Eurico Rosas, O Departamento de Estradas de Rodagem já tem proposto para este exercício ainda a duplicação do trecho Espinha-Curitiba, sendo que o Anteprojeto de engenharia já está em sua fase final.

Este o esclarecimento que queria dar a V. Exa. bem como me parabenizar com o nobre Deputado pela iniciativa. Apenas lembro que o Governo do Estado já tem presente na memória a necessidade da segunda pista Espinha-Curitiba.

O sr. EURICO ROSAS — Agradeço o seu aparte e queria somente dizer que, realmente, o Paraná todo sabe que se trata de um velho problema, o qual necessita ser solucionado. Conforme já afirmei, através de registros, o movimento estatístico que se faz nessa rodovia é enorme e daí a necessidade de uma nova pista de Espinha-Curitiba. Dei conhecimento do que está sendo feito, não neste exercício, mas através dos técnicos desde anos anteriores.

O que estou requerendo é que o DER e o Governo do Estado se preocupem, com maior interesse, para a solução deste problema. O interesse é no sentido de que fazem constar para o próximo ano, do Plano de Obras, a construção deste trecho, porque assim não fazendo não poderemos ter a certeza de que este trecho será incluído no Plano de Obras. Daí porque através do requerimento, peço a sua inclusão no referido Plano de Obras.

O sr. Roberto Galvani — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para reafirmar o que já disse de que o DER já está preparando o Anteprojeto de engenharia, porquanto pensa, neste exercício, abrir a concorrência e iniciar os serviços da implantação básica de uma pista para em seguida pavimentá-la.

O sr. EURICO ROSAS — Agradeço o aparte de V. Exa., e gostaria de ter a oportunidade de, neste mesmo ano, voltar a esta mesma tribuna para parabenizar-me por esta iniciativa governamental, porque este assunto há muito vem sendo nossa preocupação, já muitas vezes aqui batalhado e discutido, em diversas frentes de estudo, e daí porque então gostaria de poder vir a esta tribuna parabenizar com o Governo do Estado, isto se se tornasse realmente realidade a construção da segunda via ainda este ano.

Era o que tinha a dizer, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O sr. PRESIDENTE — Está livre a palavra na Hora do Expediente.

O sr. ALENCAR FURTADO — Peço a palavra, sr. Presidente.

O sr. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.

O sr. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O Paraná se encontra no deslizar de uma campanha política que se alastra por todos os rincões do Estado.

Temos reiteradamente dito que a meta primeira das nossas teses é a valorização institucional. Sem que valorizemos as instituições públicas, desvalorizada ficará a pugna política. Em cada amparo que se dá às instituições, a classe política se valoriza e a democracia se aperfeiçoa.

A democracia é a prática constante do regime, com seus erros e com seus acertos. Só a encontramos na sua prática, daí exercermos sempre os que louvamos a regação governamental, abusos, erros, e estes se encontram, em regra, também na oposição.

Srs. Deputados, este preâmbulo vem mais com o propósito de situarmos os primeiros passos que os pró-homens da política paranaense já estão dando no Estado. Gostaria de preocupar-me com o possível futuro governador do Estado, tão somente no instante em que S. Exa. tivesse sido eleito Governador do Estado do Paraná.

Mas, infelizmente, a contra-gosto, tenho, antes de 3 de outubro, de preo-

cupar-me com Sua Excelência, porque vem cometendo pecados veniais e mortais na sua pequena trajetória política, após a indicação do seu nome para Governador. Não digo novidade, não causo surpresa, apenas digo o que muitos não dizem, apenas falo o que muitos não falam mas que "a boca pequena" todos dizem ou quase todos falam. Ninguém ignora que houve um trabalho surdo por parte do sr. Haroldo Leon Peres, trabalho de bastidor, no sentido de formar, de agora, a sua estrutura política; razão pode ter para tanto, tendo em vista que os fins de Governo, em regra têm sido ou tem conduzido os Estados a verdadeiros inventários, e acredito que por esta razão o sr. Haroldo Leon Peres se tenha acateado, procurando formar, de agora, a sua estrutura, mas que aja na sua serra, dentro da sua esfera, não possa fazer aqui, não corra o Paraná em campanha política, em pregações políticas, contando com favores administrativos de Governo do Paraná. O sr. Haroldo Leon Peres tem todo o direito, como nós outros, de percorrer o Paraná pregando as teses que entender válidas, mas deve fazê-lo às suas expensas, com transporte seu ou de amigo seu, com avião seu ou de amigo seu, mas não com transporte do Estado, com avião do Estado, às expensas do Governo do Estado, porque este Estado está administrado hoje por um cidadão chamado Paulo Cruz Pimentel que, como Governador tem o direito de, nas suas andanças estaduais, utilizando-se do transporte do Estado mas o sr. Haroldo Leon Peres, que é um mero Deputado Federal com fumaças de Governador não pode, já de agora, receber favores desta natureza porque em delito se encontra o atual Governo. Por outro lado, a Revolução, tão apregoadada, tão cantada e tão decantada, que indicou Sua Excelência ao pleito de 3 de outubro para disputar nesta Casa a preferência da ARENA, principalmente a Revolução ficará comprometida também, ela que batizou proibindo a utilização de veículos do Estado, até fora dos horários normais de expediente. Hoje, que o novo Código Penal capitula como peccato de uso, a utilização de veículos do Estado que não seja a serviço regular, não pode ver agradavelmente o seu indicado recebendo favores de transporte do Estado nas suas andanças pelo Paraná. Pervaguem, façam a vontade, ainda, digam dos louvores que sempre têm cantado em favor da Revolução, mas sejam autênticos revolucionários, não arrenequem no comportamento que também é prejudicial não só ao Estado, não só ao saneamento moral do slogan revolucionário, mas também a nós do M.D.B., que vivemos na planície deste Estado, planície política deste Estado, suando a camisa honestamente, suando a camisa andando com o nosso transporte, com o transporte do nosso amigo, gastando o dinheiro do nosso bolso, com as nossas modestas despesas. Então, é desigual, então é prejudicial, então é censurável o comportamento de quem querendo eleger candidato seu ao Senado, candidato seu a Deputado Federal, candidato seu a Deputado Estadual, faz o seu alistamento, a sua cabala política, os seus discursos não atendendo às despesas do seu bolso. Tinha de fazer esta censura, precisava de fazer esta crítica no início desta campanha, dizendo desta tribuna, inclusive ao Governador do Paraná, que deixe de favorecer, como vem fazendo, o sr. Haroldo Leon Peres em campanha política, porque se continuar a proceder assim, estará transgredindo a lei, estará cometendo delitos e poderá ser responsabilizado. Aliás, como exigência da própria Revolução.

Nós que somos oposição neste Estado não nos arrequeamos, meus caros colegas, por mais poderoso que seja o cidadão, de trazer a denúncia como agora estamos fazendo, porque, vejamos V. Exas., ainda não temos de direito, a não ser o Governador do Estado, mas de fato já possuímos dois, e vejamos quando o sr. Leon Peres vai ao interior a mobilização das Prefeituras, a mobilização dos Prefeitos para serem agradáveis, para receberem bem aquele que virá, por certo, a ser o futuro Governador do Paraná. Mobilizam-se, portanto, recursos das Prefeituras, inclusive para receber o outro Governador, que só poderá ser depois de 3 de outubro. Mas, o que reputamos sério, o que reputamos grave, o que queremos que seja tirado, é que não se faça corrupção neste pleito. Corrupção neste pleito não poderá haver de ninguém, qualquer que seja sua forma, através de prestígio de áreas governamentais, com promessas levianas quantas vezes, para alistar elementos do MDB, prometendo ser candidato seu, por exemplo, à Prefeitura de Maringá um Vereador nosso, prometendo isto ou aquilo, aquele que, se não fosse o indicado a governança do Estado por certo teria derrocado a sua própria candidatura a Deputado Federal. Consequentemente, sem condições para assim proceder não fora o bafejo de um futuro prestígio, que é por ora uma mera expectativa de direito.

Nós não nos calaremos, e mais do que não calar, nós agiremos, não nos importa o tamanho da figure prestigiada que procede erradamente, que quer se beneficiar a custo do prestígio que ainda não tem, mas que já pensa ser direito seu, adquirido, porque a eleição só se fará em 3 de outubro próximo.

Srs. Deputados, fica registrado nos Anais da Casa nosso protesto, mas não se surpreendam se novas providências forem mais além.

O sr. Olívio Gabardo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Alencar, Furtado, queira aceitar, em nome da liderança do meu partido, a nossa solidariedade por esse pronunciamento, que realmente deve ter um sentido que nós todos desejamos, isto é, o aprimoramento, o aperfeiçoamento do próprio regime. O Código Eleitoral pune severamente o uso do poder econômico colocado à disposição de campanha política. E o uso e abuso do poder econômico, isto é, do dinheiro do povo, deve ser punido mais severamente. É intolerável que isso venha a acontecer, e, como informa V. Exa., já está acontecendo. Não poderemos compactuar com isso e nosso partido irá agir severamente, no sentido de resguardar a própria instituição democrática. Receba V. Exa. a solidariedade de toda nossa bancada.

O sr. ALENCAR FURTADO — Agradeço a solidariedade emprestada pela liderança do MDB nesta Casa. E poderia ter esse gesto a minha bancada, posição correta como tem sido sempre, e mais autêntica, em termos de querer saneado o processo político do Paraná e do Brasil. Nós que acreditamos na democracia, que lutamos pelo retorno pleno do estado de direito, não compactuaremos com transgressão de lei, com abusos do poder, com locupletação, inclusive da administração estadual com favorecimentos ilícitos, porque seria um tratamento pernicioso ao próprio estado político em que vivemos.

E mais, a surpresa se agiganta para mim porque, a confissão de público, particularmente possui uma admiração pessoal ao cidadão Haroldo Leon Peres que, para mim, com a sua formação, não poderia jamais admitir fosse ele próprio favorecido por um gesto talvez amigável do Governo ou do Governador, mas que analisado envolve matéria de corrupção política.

Qualquer de nós que se utilizasse do avião do sr. Governador em campanha política, ou de transporte do Estado em campanhas políticas, agiria muito mal, sem justificativa em razão de desgaste de um bem pertencente ao Estado, pelas despesas de manutenção, pela utilização do instrumento, de

veículos para fins pessoais ou partidários e não estaduais.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Alencar Furtado, é sempre um prazer acompanhar a oração que V. Exa. profere da tribuna desta Casa, ocasião em que sempre aborda problemas de interesse da coltidivida paranaense e principalmente dos municípios que V. Exa. tão bem representa nesta Casa.

Hoje V. Exa. traz um assunto de caráter político e de denúncia séria. assunto este que está merecendo a atenção de toda a Casa.

Acontece, entretanto, nobre Deputado, se estou entendendo bem o que V. Exa. está trazendo ao conhecimento desta Casa, nos parece que o nobre Deputado está sendo por demais rigoroso ou injusto com o nobre deputado Haroldo Leon Peres. O futuro Governador do Estado, deputado Haroldo Leon Peres, aceitou o avião que lhe fôra oferecido pelo Governo do Estado, quando da primeira vez que veio ao Paraná, após a indicação feita pelo Presidente Médici.

Na segunda vez, nobre Deputado estivemos em Brasília com S. Exa. e também foi oferecido o avião. O deputado Haroldo Leon Peres não via razões para que o avião saísse vazio de Curitiba e fôsse unicamente para trazer-o até aqui, já que o Paraná lhe prestara uma homenagem muito justa e muita merecida.

Vou em avião de carreira, com 4 Deputados que foram chamados a Brasília, pelo deputado Haroldo Leon Peres.

Não sei, nobre Deputado, se S. Exa., na visita que fez a Cianorte num aniversário da cidade, e não em campanha política, tenha usado o avião do Estado. Mas também, nobre Deputado, "data vênica" da opinião de V. Exa., que eu muito respeito, tenha S. Exa. aceito o avião para levá-lo lá, como futuro Governador, para participar da festividade do aniversário da cidade de Cianorte, francamente, nobre Deputado, nós que somos rigorosíssimos neste sentido, e que não admitimos e estranhemos e que, às vezes, automóveis do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, que devem estar única e exclusivamente a serviço desses poderes, estejam às vezes a serviço dos familiares dos responsáveis. Também não concordo com isso, nobre Deputado, porque tivemos, no passado, por um ano, sob nossa responsabilidade, um veículo, e fomos apenas 5 vezes ao Norte do Estado a serviço desta Assembléia, e as demais vezes, fomos em nosso carro particular. O chofer, assim como a condução aqui ficaram.

Lemos recentemente, num jornal do Rio de Janeiro, que também o governador Negrão de Lima, da Guanabara, da mesma maneira procedeu, como o governador Paulo Pimentel, oferecendo a candidato a governador, que é do M.D.B., por duas vezes, para participar de festividade da cidade, também o avião do Governo do Estado.

Nobre Deputado, eu acho que este brado de alerta de V. Exa. justifica, e não deve mesmo o poder Público abusar, em detrimento daqueles que estão na oposição. Eu acho que os aviões, os veículos do Estado são para serviços do Estado. Tenho quase absoluta certeza, nobre Deputado, de que o futuro Governador irá sair em campanha política pelo Estado, pedindo votos para a eleição dos srs. Deputados Matos Leão e Acioly Filho ao Senado Federal, assim como para os candidatos à Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Mas, eu tenho quase certeza de que ele não usará o avião ou as conduções oficiais, para que possa, desta maneira, dar um exemplo que deve ser imitado por todos, de que as conduções governamentais devem ser única e exclusivamente usadas a serviço da comunidade.

Portanto, nobre Deputado, esta advertência que V. Exa. fez, e que faz também o M.D.B., e o próprio Ministro da Justiça recomenda vigilância neste sentido, se perfeitamente fundamentais, encontrará eco.

Assim, nobre Deputado, congratulo-me com V. Exa., com essas denúncias que V. Exa. faz, e gostaria que V. Exa. não fôsse tão rigoroso com o deputado Leon Peres, pois conhecendo-o como conhecemos, sabemos que ele não pretende se de forma alguma usar de meios pouco recomendáveis.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Exa., como sempre brilhante e judicioso, mas ainda bem que V. Exa., sendo como é, honesto e franco, confessou as andanças aeroviárias, por duas vezes, do sr. Haroldo Leon Peres, em avião de propriedade do Governo do Estado do Paraná. Meus caros Deputados, é apenas o início, quase que não é nem início porque as convenções ainda vêm aí, mas nós já percebemos como será conduzida esta campanha. O Governador não será Magistrado, será cabo eleitoral, mesmo o futuro Governador não mais será já é cabo eleitoral, também percorrendo o Estado inteiro em busca de eleição dos seus favoritos, mas que o afeia o comportamento não é o correr da eleição de um amigo ou de um correligionário, é que não se vê tese nenhuma, não se vê programa algum, não há bandeira nenhuma desfraldada, o que há é a cabala mesmo. Baixa-se ou aterrissa-se em alguma cidade, visitam os correligionários e procuram conquistar também o MDB; então, o que afeia neste comportamento é a ausência de tudo, ou seja, a existência do nada, ou seja, campanha sem eia, sem vibração cívica, sem alma, porque fugindo de qualquer conteúdo programado, ou de tese, até hoje não vi nenhum comprometimento do sr. Haroldo Leon Peres em termos de economia do Paraná, de finanças do Paraná, de programas cruciais do Paraná, com o povo, quando chega às cidades que visita. Infelizmente, até agora no discurso de poucas linhas feito na televisão, repetindo o que já tinha dito nesta Casa, é que se comprometera vagamente em torno desses problemas, mas lá no interior onde visita com frequência, a meta primeira é conquistar o elemento da oposição; a meta primeira é prometer se promessa fôsse bastante para aperfeiçoarmos ou para renovarmos nossos ideais. O que me surpreende, embora toda a admiração que tenho à pessoa do cidadão Haroldo Leon Peres, é que não vejo bandeiras desfraldadas demonstrando as teses de um futuro Governador, para que o povo, o povo do Estado se sensibilize, aceite o seu futuro Governador, Mórmente ele que será eleito por certo, num pleito direto, sem participação do povo; teria obrigado, mais do que ninguém, de visitar, como tem visitado e procurar integrar-se aos problemas primeiros do povo, ao invés da utilização da conquista, através da sua pregação, do MDB, para aluciar, para sensibilizar o povo, porque sendo como quase certo que será o futuro Governador, teria este dever em primeiro lugar.

Meus caros Deputados, queria registrar tão somente, o nosso protesto, para que o Governador do Estado do Paraná Paulo Pimentel, o futuro Governador Haroldo Leon Peres, respeitando o povo do Paraná, respeitando-se a si próprio, na composição de grande gabarito político que deve ser a do governador, faça com que o povo além de respeitá-lo, os aplauda, porque num comportamento equidistante de palhaço político, num comportamento onde pudesse patrar sempre a sensates do gesto, eles só teriam a ganhar.

Desta tribuna apelo ao Governador do Paraná, a não ceder mais veículos para política de ninguém, não ceder mais favores que possam comprometer sua administração. E o sr. Leon Peres também, por certo, como

disse um de seus mais brilhantes, amigos nesta Casa, deputado Olavo Ferreira, daqui para frente, por certo, não aceitará mais favores como este, que valem pouco, é verdade, que pouco que o favorecido recebeu, que nós, estamos, como disse, no alvorecer de uma campanha política para que não se aumente, não se incremente os abusos e desmandando do poder. Agradeço o aparte do meu brilhante amigo Olavo Ferreira, que parcialmente solidarizou-se comigo e aceitou por inteiro o meu protesto.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Pego desculpas, inicialmente, por interromper novamente o brilhante discurso de V. Exa. mas neste entusiasmo com que V. Exa. hoje aborda o assunto, e com muita justiça, V. Exa. como disse inicialmente, está rigorosíssimo nas suas afirmações. O nobre Deputado parece que quer dar impressão a todos aqueles que estão ouvindo, além dos Deputados e de toda platéia, que o sr. Haroldo Leon Peres já percorreu o Paraná todo em campanha política. Se não me falha a memória, o deputado Haroldo Leon Peres chegou a Curitiba, onde foi homenageado e foi à sua cidade natal, onde lhe foi prestada uma homenagem. Foi apenas a duas cidades, Maringá e Cianorte. Não andou pelo Paraná inteiro. Não esteve correndo o Paraná, não esteve em campanha política.

Em Maringá tive oportunidade de acompanhá-lo, se bem que fui por terra. fui na minha própria condução, aliás, não gosto de usar condução oficial, a não ser como representante da Assembléia. Mas vi a entrevista coletiva que S. Exa. deu e se não aborou problemas de ordem econômica, é porque todos só querem saber se ele vai construir tal estrada, tal ponte, etc. Quer dizer, as respostas dele só poderiam ser da seguinte maneira: que ele estava procurando fazer com ajuda do Governo do Estado, um levantamento completo da situação do Estado, para poder elaborar um programa para se apresentar ao povo do Paraná no mês de dezembro ou janeiro do próximo ano.

Querida saber qual era a equipe de trabalho que ele iria escolher qual os Secretários e chegaram nomear o futuro Prefeito da cidade de Curitiba. As preocupações, lamentavelmente, foram apenas de ordem política, não foram ainda de ordem administrativa e que dessem condições, depois de um estudo bem acurado, para que pudesse o deputado Leon Peres trazer, como eu garanto que vai trazer, um plano sério de administração para os seus anos de Governo. Por isso, nobre Deputado, ele não está correndo o Paraná, ele não está em campanha política. Apenas foi homenageado pela sua cidade e fez uma visita de aniversário à cidade de Cianorte.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Exa., mas tenho de dizer duas coisas. Em primeiro lugar, confessou V. Exa. que até hoje só houve preocupação de natureza política, ou seja, os problemas de estrutura ou de infra-estrutura não foram ainda analisados, estão sendo estudados, no dizer de V. Exa., e só a super estrutura é que está sendo cuidada. Disse mais V. Exa. que ele visitou duas cidades. Não precisa deslocar-se tanto, porque prefeitos e chefes políticos deste Paraná todo o têm procurado toda a vez que vem a Curitiba, toda a vez que vai a Maringá, e até em Londrina. Então, o problema político a que V. Exa. se refere...

O sr. Olavo Ferreira — O Prefeito emedebista de Londrina foi visitar o deputado Leon Peres.

O SR. ALENCAR FURTADO — Não querendo negar a evidência, nobre Deputado, V. Exa. confessou que a preocupação que presidiu até hoje o sr. Leon Peres ao seu redor foi de natureza política.

O sr. Olavo Ferreira — Preocupação dos outros em relação ao deputado Leon Peres.

O SR. ALENCAR FURTADO — Ele é que deveria comandar, conduzir e não ser conduzido, porque, se ficar no Governo conduzido seria uma triste sintomatologia desde agora. O fato de formular perguntas de natureza política é o natural do reporter.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência adverte V. Exa. que tem mais três minutos para terminar sua oração.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço a gentileza de V. Exa. Mas para concluir, o que está a presidir, de acordo até com o político, é uma preocupação meramente de ordem político. É lamentável, porque o Governador teria de se preocupar seriamente não só com os problemas políticos, mas principalmente com os problemas do seu Governo, e se o Prefeito de Londrina visitou também o sr. Leon Peres poderia tê-lo feito por cortesia, muito natural de quem, sendo Prefeito neste regime em que nos encontramos, ou se aproxima do Governo ou seu Município não recebe nada. Foi talvez com o propósito de servir o seu povo e não da louvação, e não de fazer naquela visita uma preocupação de louvação política, é o que ele talvez se tenha deslocado e visitado o sr. Leon Peres. E se o fez foi da maneira que quer bem Londrina, o seu Município e o seu povo. Por esta razão, é um dos representantes, aquilo que o povo de Londrina necessita de todos os Governos, seja do sr. Paulo Pimentel, seja do futuro Governador.

Não seria Dalton Paranaquê, homem inteligente, de experiência política e administrativa que iria ser indelicado para com o futuro Governador do Paraná, voltando-lhe as costas, deixando de dar o seu cumprimento, porque quem bem Londrina, o seu Município e o seu povo. Por esta razão, tão somente, é que procurou o sr. Haroldo Leon Peres.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ALENCAR FURTADO — Nego-me, com muito desprazer, em razão do ultimato que a Mesa me deu, de que faltavam somente três minutos que já acabei. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 30 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Roberto Wypych, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Túlio Vargas, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia, para fins de discussão e votação. — Aprovado.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, na

forma inversa, de acordo com o requerimento de autoria do sr. deputado

Antônio Lopes Júnior.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 133-70, Mensagem Governamental n. 20-70, que dispõe sobre a criação de 10 (dez) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada e das outras providências — Parecer favorável da C.C.J. (com inclusão do art. 6.º transformado em outro Projeto de Lei). — Parecer favorável da C.F. — Em discussão.

PROJETO DE LEI N. 133-70

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 20-70

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro da Magistratura do Poder Judiciário, de dez (10) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada, cujos vencimentos corresponderão aos recebidos pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, menos cinco por cento (5%), acrescidos das demais vantagens.

Art. 2.º — O Segundo (2.º) Vice-Presidente do Tribunal de Justiça e o Presidente do Tribunal de Alçada, perceberão mensalmente, a título de representação além de seus vencimentos a quantia correspondente a vinte por cento (20%) e quinze por cento (15%) dos mesmos, respectivamente.

Art. 3.º — Os desembargadores componentes das duas Comissões permanentes do Tribunal de Justiça perceberão, mensalmente, gratificação pro labore idêntica à percebida pelos membros do Conselho Superior da Magistratura.

Art. 4.º — Fica criado um cargo, em comissão, de Diretor-Secretário do Tribunal de Alçada, com vencimentos correspondentes ao símbolo 2-C, e gratificação, a título de representação, de trezentos cruzeiros mensais Cr\$ 300,00.

Art. 5.º — O quantum máximo da gratificação mensal prevista no artigo 25.º caput, da Lei n. 5.809, de 15 de julho de 1968, fica incorporado aos vencimentos dos titulares dos cargos mencionados no referido dispositivo.

Parágrafo único — Ficam extintas as gratificações estipuladas a órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público, por comparecimento a sessões de qualquer Tribunal ou Juízo.

Art. 6.º — Aplicam-se aos membros do Corpo Especial e da Procuradoria da Fazenda do Tribunal de Contas, os benefícios constantes dos artigos 1.º e 5.º desta lei.

Art. 7.º — As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 8.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogados o artigo 125 e seus §§ 1.º e 2.º da Lei n. 5.809, de 15 de julho de 1968, e parágrafo único do artigo 65 da Lei n. 5.849, de 25 de setembro de 1968, e demais disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 133-70

O projeto, tal como foi proposto pelo Poder Judiciário ao Poder Executivo, à exceção do art. 6.º que constitui matéria estranha ao Poder Judiciário, explicitamente ao funcionamento do Tribunal de Alçada é legal e decorre de preceito constitucional.

Recebemos proposta do nobre deputado Antônio Lopes Júnior, com o qual estamos de acordo, qual seja a divisão da presente Mensagem, pelo qual o art. 6.º passe a tramitar em separado, nos termos do art. 60, § 11, do Regimento Interno.

Favorável ao desdobramento e favorável nosso parecer, no que diz respeito à proposição criadora dos cargos para o funcionamento do Tribunal de Alçada.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 1970

(aa) Luiz Malucelli

Abraão Miguel, Relator

Art. 1.º — Aplicam-se aos membros do Corpo Especial e da Procuradoria da Fazenda do Tribunal de Contas, os benefícios constantes dos artigos 1.º e 5.º do projeto 133-70.

A redação deverá ser melhorada pela Comissão e completada. O objetivo da presente Emenda é separar em dois projetos, o assunto contido no texto do artigo 6.º do projeto, para que sigam seu caminho, separadamente.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 1970

(aa) Antônio Lopes Júnior, Wilson Fortes, Paulo Camargo, Luiz Renato Malucelli

Senhor Presidente:

Considerando que o funcionamento do Tribunal de Alçada é constitucional e deve ser urgente a sua instalação para cumprir a sua finalidade, apresentamos emenda ao projeto de lei 133-70, nos seguintes termos:

a) O art. 6.º será desmembrado da Mensagem e,
b) Em consequência, fica elaborado, separadamente, novo projeto com a mesma redação do citado artigo e da seguinte maneira:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Aplicam-se aos membros do Corpo Especial e da Procuradoria da Fazenda do Tribunal de Contas, os benefícios constantes dos artigos 1.º e 5.º do projeto de lei n.º 133-70.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16 de julho de 1970.

(aa) Alencar Furtado — Presidente

Abraão Miguel — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 133-70

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n.º 20-70, dispõe sobre a criação de dez (10) cargos de Juiz do Tribunal de Alçada.

Estamos de pleno acordo com o bem fundamentado parecer oferecido e aprovado na doula Comissão de Constituição e Justiça, inclusive no que diz respeito ao art. 6.º, da citada mensagem, o qual deverá tramitar em separado do plano de lei original.

Assim sendo, e por não haver implicações de ordem financeira, conato pela sua aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de julho de 1970.

(aa) Roberto Galvani — Presidente

Wilson Fortes — Relator

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem). Sr. Presidente, V. Exa. está pondo em discussão ou votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, deve haver um equívoco. V. Exa. colocou em discussão e encorrou a discussão. Em seguida colocou em votação, antes de proclamar o resultado o deputado João Mansur levantou a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — O sr. Deputado deve estar equivocado. Havia colocado em votação e não em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, aceito as ponderações da Mesa porque termos que nos curvar diante das decisões da Mesa. Porém, não estou equivocado, V. Exa. havia encerrado a discussão.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência coloca em discussão o Projeto de Lei n.º 133-70.

O SR. JOAO MANSUR — Peço a palavra, sr. Presidente, para discutir o Projeto de Lei n.º 133-70.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O Projeto de Lei n.º 133-70, oriundo de Mensagem Governamental, propõe a instalação do Tribunal de Alçada, com a criação de dez cargos de Juiz.

Queremos, nesta oportunidade, sr. Presidente, srs. Deputados, trazer ao conhecimento da Casa a nossa posição, que não é contrária à aprovação da referida Mensagem.

Vamos, inicialmente, encaminhar à Mesa o seguinte requerimento: (Lê) "O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 133-70".

Assim poderemos, através de contato com o deputado Haroldo Leon Peres...

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado João Mansur, na semana passada fez um apelo à Comissão Executiva desta Casa quando, em flagrante desrespeito ao Poder Legislativo, a Mesa, por influência de pessoas estranhas a este Poder, retirou da Ordem do Dia o projeto que V. Exa. hoje discute.

Este projeto não cria cargos, não cria o Tribunal de Alçada, o qual já foi criado pela Constituição.

A Mensagem apenas propõe os cargos de Juiz e extingue os de Desembargador para que o Tribunal de Alçada, criado pela Constituição, possa funcionar.

Naquela oportunidade fiz apelo à Mesa para que não aceitasse mais influência de pessoas estranhas a este Poder, Poder legítimo e soberano, instalado pela vontade do povo paranaense.

E agora estou vendo que V. Exa., lamentavelmente, volta a mesma tecla, dizendo que tem que consultar o deutoado Haroldo Leon Peres. Ora, isto aqui é a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, não a Câmara dos Deputados, onde o deputado Haroldo Leon Peres representa uma parcela do povo do Paraná. Acho que não devemos satisfação nenhuma ao futuro governador. Acho que devemos respeitar as decisões desta Casa, nos seus organismos, nas suas Comissões, nos pareceres desta Casa, porque são úteis, são benéficas para a administração estadual, mas sem jamais nos curvamos aos desejos do futuro governador.

Por tanto, faço um apelo a V. Exa., que sempre se demonstrou como Deputado de bom senso, de brilhante atuação, que se atenha à discussão da matéria, dizendo se ela é útil ou não, se cria ônus ou não, se é necessária ou não. Mas, não fazer apelo estranho, para que se retire da Ordem do Dia, para se postergar a apreciação, em primeira discussão, até que se ouça o futuro governador do Estado.

Este é o apelo que faço a V. Exa., para que não se destaque a imagem que tenho de V. Exa., pela atuação esplendorosa que V. Exa. teve, nestes 4 anos de mandato popular, junto aos demais nobres Deputados desta Casa, esta imagem extraordinária de homem que tem representado a altura o povo do Paraná, pela região que o eleger.

Por tanto, é o apelo que faço a V. Exa., a fim de que não se estrague esta imagem que temos de V. Exa., e que continue sendo aquele Deputado que nós admiramos e em que o povo do Paraná continua confiando.

O SR. JOAO MANSUR — Agradeço o aparte de V. Exa., em especial as referências à minha pessoa que, bem sei, partem sinceras do coração generoso de V. Exa. Eu apenas nesta Casa, na minha modestia, tenho procurado corresponder à confiança que o povo da minha região depositou em minha pessoa. Mas, nobre Deputado, eu disse que não era contra, mas que gostaria de saber, e V. Exa. há de convir comigo, V. Exa. disse que não admite interferência de estranhos nesta Casa, mas V. Exa. esqueceu, naturalmente, que, há poucos instantes, quando eu falava com V. Exa. sobre este assunto, V. Exa. dizia que as instruções do sr. Governador do Estado eram para que fosse aprovado, e existe um perfeito entrosamento entre o Governador e o futuro Governador, de forma que não existe a interferência do sr. Haroldo Leon Peres.

O SR. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOAO MANSUR — Tão logo eu complete o meu raciocínio, a fim de que não me perca.

O sr. Erondy Silvério — Mas V. Exa. terá que me conceder o aparte agora, a fim de que V. Exa. não me passe aqui um atestado...

O SR. JOAO MANSUR — O que eu quero é que haja harmonia perfeita. V. Exa. sabe que quando houve aquele incidente sobre o empréstimo, houve um entendimento entre o sr. Governador e o futuro Governador, e a Mensagem fora aprovada. Pergunto a V. Exa. qual o prejuízo em se esperar mais um dia, ou dois?

O sr. Erondy Silvério — Em primeiro lugar, nobre Deputado, V. Exa. falou com a ética parlamentar que sempre se observou nesta Casa e em todas as demais Casas de Lei, divulgando aqui um diálogo, quando conversas de caráter particular jamais são trazidas a público!

O SR. JOAO MANSUR — Mas, V. Exa. é líder do Governo!

O sr. Erondy Silvério — Em primeiro lugar, como eu dizia, V. Exa. falou com a ética; em segundo lugar, V. Exa. não vai querer induzir à Casa que o sr. Governador do Estado esteja interferindo neste Poder, que é independente.

O SR. JOAO MANSUR — A bancada da ARENA está liderada.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. vai permitir que eu conclua?

O SR. JOAO MANSUR — Acontece que eu não tenho muita ética, e assim peço o fio do raciocínio.

O sr. Erondy Silvério — Não perderá, diante de um modesto orador.

Apenas quero dizer a V. Exa. que o sr. Governador do Estado não pretende, jamais, interferir neste Poder. Ora, se o Projeto 133 é oriundo de uma Mensagem Governamental, justo é que o líder do Governo nesta Casa defenda a Mensagem. Os entendimentos a que se refere V. Exa., tiveram tempo de serem levados a efeito, porquanto o sr. Presidente desta Casa, hoje ausente, em manobra condenável e subreptícia sob todos os aspectos, retirou-o da Ordem do Dia, para ser estudado pelo sr. Governador do Estado; se veio novamente à Ordem do Dia, conclui-se que os entendimentos foram harmônicos e perfeitos, na apreciação da Mensagem que dispunha sobre o empréstimo externo para a Central do Paraná. Criou-se a celebração nesta Casa, retirou-se a matéria da Ordem do Dia, obstruiu-se a sua tramitação, até que o sr. Governador fosse ao Ministro dos Transportes e ao Ministro da Fazenda perguntar se o Governo Central estava de acordo com a Mensagem Governamental. A resposta já é do conhecimento de V. Exa., tanto que, pressurosamente, o futuro Governador determinou ao seu líder nesta Casa, que aprovasse a matéria; até houve pressa, por parte daqueles que o combatiam, houve um apodamento, a Casa não aprovou um requerimento de autoria do nobre deputado Alencar Furtado, que pedia à Mesa que fizesse o Projeto retornar à Comissão de Viação para o respectivo Parecer. Naquela oportunidade a bancada do sr. Haroldo Leon Peres revoltou-se, dizendo da urgência para que fosse aprovada a matéria, a fim de que não parasse a estrada, com prejuízos ao Paraná, com prejuízo a milhares de operários que ficariam sem o seu ganha-pão.

Primeiro, a obstrução, depois, o apodamento!

O SR. JOÃO MANSUR — A Mensagem não fôra aprovada e a cautela, nobre Deputado, que o sr. Haroldo Leon Peres tomou, ele não era contra a concessão do empréstimo a esta estrada. V. Exa. sabe.

Acontece que, de acordo com o convênio firmado com o Governo federal, onde se obrigava e se responsabilizava pelos avais dos empréstimos internos e pelo ressarcimento do dinheiro que o Estado já havia aplicado nesta estrada, o Estado assumiu um compromisso com o Governo Federal, de entregar esta estrada no mês de setembro deste ano, o que era totalmente impossível, e foi neste sentido e através deste substitutivo que foi corrigido a fim de que o Estado pudesse se garantir. Porque, eu pergunto a V. Exa. se esta Casa aprovasse pura e simplesmente a mensagem governamental autorizando mais um empréstimo e se o governo não entregasse, como não entregará em setembro deste ano, o Governo Federal não tinha compromisso nenhum com o Paraná.

O sr. Erondy Silvério — Quero dar uma resposta. V. Exa. está equivocado. Ou então, não leu o substitutivo. O substitutivo não tinha nada que se referisse a prazo para conclusão da obra. Apenas que o empréstimo só seria válido, desde que o Governo da União referendasse. Não se referiu a prazo para conclusão da obra. V. Exa. ouviu o galo cantar e não sabe onde.

O SR. JOAO MANSUR — V. Exa. é que está certo. A verdade é que foi aprovado substitutivo e, neste substitutivo, se estabelece o prazo, sem o que nós estaríamos cometendo um crime contra o Paraná, porque o Governo Federal não ia se responsabilizar pelo aval de 400 milhões de cruzeiros de empréstimo externo e muito menos pelos 25 milhões de cruzeiros que o Estado já aplicou nesta estrada. Mas, nobre Deputado, a razão da nossa presença nesta tribuna não é mais sobre a Central do Paraná, que ela está sendo construída. É com relação a esta mensagem que queremos apenas fazer um apelo aos srs. Deputados, no sentido de aguardarmos uns dias, não para que esta Casa sofra a influência de A, B ou C, mas para que este entendimento prossiga.

Não sei se o sr. deputado Leon Peres é contra ou a favor; disse eu que a última vez que conversamos, ele disse que ia manter entendimento com o Tribunal de Justiça, e esta é a razão da minha presença, é apelar para os srs. Deputados. Não vejo razão para que se aprove de afogadinho esta matéria.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Talvez nesta Casa não haja alguém que lhe atribua tanta admiração quanto eu. E é com esta autoridade de quem lhe admira, que me permito oferecer este aparte. Para V. Exa. uma afirmação do início da sua oração que reputo de suma importância. Quando pede à Casa que se retire da Ordem do Dia o Projeto de Lei n. 133-70, com o propósito, dizia V. Exa., de ser consultado o deputado federal Leon Peres sobre a matéria. Meu caro deputado, tenho para mim que esta Casa não é a sede da ARENA, mas uma Casa de representantes do povo. Aqui se encontram homens da ARENA e homens do M.D.B. e o povo que nós representamos, por nosso intermédio se sentiria humilhado se condescendêssemos com a afirmativa de V. Exa. pedindo a audiência da Casa ao deputado Leon Peres, para que ele desse orientação na discussão e votação dessa matéria.

Há poucos instantes disse eu na tribuna, fazendo um apelo para o aprimoramento das instituições públicas e esperava, como espero, pela confiança que tenho no alto espírito público de V. Exa. seja V. Exa. um daqueles que fará tudo no alto espírito público de V. Exa. seja V. Exa. um daqueles que fará tudo na sua vida pública para o aperfeiçoamento das instituições. Mas o apelo de V. Exa. desabona o aprimoramento institucional, por que submete, fica a Assembleia "sub judice" em razão da maioria da ARENA, a uma orientação como essa, sem jurisdição e competência, e incompleta, como é a do sr. Haroldo Leon Peres. Por mais boa vontade que tenhamos, não podemos agasalhá-la, porque fere, porque choca, porque colide com os interesses principais da parcela do povo que representamos. E até apelaria a V. Exa., que fizesse o apelo em nome de V. Exa. que tem autoridade para fazê-lo junto a seus pares, mas jamais em nome do sr. Haroldo Leon Peres, que não tem, nem adquiriu competência, que só poderá ter após sua eleição para Governador deste Estado.

O SR. JOAO MANSUR — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado, mas talvez V. Exa. não tivesse entendido o início de minha oração. Não disse que o sr. deputado Haroldo Leon Peres pediu que votasse contra ou a favor, apenas disse que o sr. deputado Haroldo Leon Peres, quando aqui esteve e tomou conhecimento do assunto, disse que conversaria com o Presidente do Tribunal de Justiça sobre essa matéria. V. Exa. há de convir comigo que ele é o futuro Governador do Paraná e todas as matérias que envolvem despesa ele deve ter conhecimento, porque ele será o continuador dessa obra administrativa.

De modo que meu apelo é para que essa harmonia tivesse sido utilizada. Gostaria eu de consultar o deputado Haroldo Leon Peres esse sentido, como futuro Governador do Paraná, numa matéria que entrará logo em vigor, digamos.

Naturalmente, estou de acordo com V. Exa. que este Poder seja autônomo, independente porque na verdade, V. Exa. há de convir comigo,

sofre influências do Poder Executivo, como está sofrendo hoje. V. Exa. há de convir que se não é interferência do futuro é do atual Governador, porque a mensagem veio do Executivo.

Mas a minha intenção era consultar o futuro Governador, e esta é a minha posição que quero deixar clara nesta Casa. Votarei contra hoje, a fim de conversar com o sr. Haroldo Leon Peres, para saber do seu entendimento com o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Foi esta a razão de minha permanência na tribuna.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou tentando nobre Deputado, compreender o que V. Exa. traz a esta tribuna. Parece que ninguém é contra a aprovação do projeto que cria o Tribunal de Alçada. Todos nós somos favoráveis, V. Exa. tem uma preocupação muito justa. V. Exa. está preocupado em que haja uma perfeita harmonia entre os Governadores Paulo Pimentel e Haroldo Leon Peres. É muito justo, acredito, essa preocupação de V. Exa. Mas há muitos que não têm. Acredito que o MDB não tenha interesse nenhum nessa harmonia. Quanto maior a desunião, melhor é para o MDB. Acho isso perfeitamente normal. Agora, acredito que inclusive outros elementos não possam influir nesta harmonia que deve existir entre os dois Governadores, um o atual e o outro o futuro. Ambos desejam que haja um entendimento entre a ARENA.

Acredito que V. Exa. está certo que a sua tese é certa. Não vejo porque o projeto não possa ser retirado da Ordem do Dia por duas sessões. Isto não trará qualquer prejuízo. V. Exa. quer votar favoravelmente, eu vou votar favorável, todos queremos aprovar este projeto. O que queremos é apenas ouvir o governador Paulo Pimentel, o qual já ouvimos através do nobre líder do Governo, e queremos ouvir o futuro Governador do Estado Haroldo Leon Peres. Dentro deste entendimento, a ARENA estará coesa como deverá estar até o final deste Governo, para que seja aprovado o Tribunal de Alçada. Estou de pleno acordo com V. Exa. com a preocupação manifesta pelo nobre Deputado, preocupação que é, acima de tudo a harmonia da ARENA.

O SR. JOAO MANSUR — Agradeço o seu aparte. Aliás, V. Exa. colocou bem o problema. E realmente esta é a nossa intenção.

Gostaria, complementando o aparte do deputado Alencar Furtado, dizer que na Guanabara existe um perfeito entendimento entre o atual Governador e o futuro Governador, apesar do primeiro ser da ARENA e o segundo do MDB. Assim sendo, a obra administrativa iniciada por um será complementada pelo outro.

Esta é a nossa preocupação. Conheço V. Exa., tenho acompanhado a sua luta nesta Casa. Estou de acordo com V. Exa.

Fique certo de que, com todo o respeito que V. Exa. merece pela sua atuação, pelo brilhantismo com que levantou suas teses nesta Casa e acima de tudo pelo seu patriotismo, — a nossa intenção é do entendimento, acima do partidário, o entendimento em nome do Paraná, em nome do povo paranaense.

O sr. Alencar Furtado — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quería agradecer a V. Exa. as palavras elogiosas que foram proferidas. Porém, quero dizer que V. Exa. foi envolvido pela malícia com que o deputado Olavo Ferreira conduziu o seu aparte.

O deputado Olavo Ferreira fez entender que nós estimulamos a discordância dentro da ARENA. Nós nada temos com a vida interna da ARENA, apenas analisamos os fatos que interessam publicamente, que digam respeito ao Paraná.

Com relação a tese que V. Exa. apresenta à Casa, pedindo a retirada da Ordem do Dia do projeto, se não fosse deslealdade de minha parte, caberia uma Questão de Ordem vez que V. Exa. vai votar favorável, o deputado Olavo Ferreira também vai votar favoravelmente. Então, não há o que tratar. Seria meramente medida protelatória.

Assim sendo, seria mais interessante que V. Exa. retirasse o seu apelo de retirada do Projeto da Ordem do Dia.

O SR. JOAO MANSUR — Agradeço o aparte de V. Exa. brilhante como sempre, mas continuo dentro do meu raciocínio, deixando aqui o apelo que faço a esta Casa, no sentido de que, neste meu requerimento, seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei, por 3 sessões consecutivas, a fim de que resulte um maior entendimento, um mais perfeito entrosamento entre o atual e o futuro governador.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto de Lei n. 133-70.

O SR. SILVIO BARROS — (Pela Ordem). Para discutir, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, concedo a palavra ao sr. deputado Silvio Barros.

O SR. SILVIO BARROS — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nós temos, por muitos dias, deixado de vir a esta tribuna, expor nosso ponto de vista sobre a atual situação por que passa o Estado do Paraná. Todavia, sr. Presidente, sr. Deputados, me permito, com todo o respeito, rememorar, neste instante, algumas atitudes que tomamos, no passado próximo, bem próximo. Lembro-me, que por ocasião em que esta Casa votava e aprovava a Constituição do Estado do Paraná, nós vimos à tribuna, deixando registrado nos Anais desta Casa, que não tínhamos a alegria de legar aos pósteros um documento que se constituísse em Carta Magna, porque, na realidade, aquele documento tramitava por esta Casa, sofrendo as influências malélicas e impróprias do Poder Executivo. Porém, deixamos claro de que naquela Constituição vigente no Estado do Paraná, figurava a criação do Tribunal de Alçada, elevando nosso Estado a uma situação privilegiada na constituição do Ministério Público, relativo ao Tribunal de Justiça: Ficávamos e ficamos, naquela oportunidade, equiparados a São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e então o Paraná se colocava em oposição equivalente, criando o seu Tribunal de Alçada, com o objetivo de melhor desafogar o Tribunal de Justiça de nosso Estado.

Assim pois, a Mensagem n. 133-70, nada mais é que a perfeita consonância entre a Constituição vigente, fazendo com que fique criado no quadro da Magistratura do Poder Judiciário, os 10 cargos destinados a Juiz do Tribunal de Alçada. Ademais, a Mensagem não somente se traduz desta lei, mas como dá normas a esta posição alcançada pelo Estado, engrandecendo assim o nosso Estado e o povo do Paraná.

Não é justo pois que, nesta oportunidade venhamos, por mais, uma vez, retirarmos a matéria de apreciação desta colenda Assembleia, para que venha a ouvir o futuro Governador do Estado, e digo isto com a autoridade

do deputado de oposição que teve a honra de saudá-lo desta tribuna, quando veio receber a manifestação dos parlamentares que representam, em última análise, o povo do Paraná. E, uma das últimas manifestações ao futuro Governador, dizia eu que a Revolução deveria copiar como copiou muita coisa dos Estados Unidos da América do Norte, deveria copiar também a forma de Governo onde se verifica, ao lado de um Poder Executivo forte, um Poder Legislativo também forte e ativo. E dizia eu ainda, ao saudar o ilustre parlamentar futuro Governador do Estado do Paraná, que pretendiam que neste Poder não se verificasse a insistente incurção do Poder Executivo a procurar e inclusive a protelar as decisões em favor do povo do Paraná, e é com esta autoridade, daquele que, ao saudar o futuro Governador do Estado do Paraná não saudou o mecanismo de Governo que o conduziu ao Poder, é que eu venho protestar contra esta atitude, esta pretensão de se retirar do Plenário esta matéria, para que ela seja submetida, por mais uma vez, à apreciação de outros elementos estranhos ao nosso Poder. Devo dizer ainda que, na matéria aqui relatada e aqui discutida, referente à Central do Paraná, desde as primeiras horas nos pusemos favoráveis à tramitação da mesma, nesta Casa, não escondemos, por um minuto sequer, o desejo de vê-la tramitar com a rapidez que o Poder Legislativo atende os interesses econômicos, sociais e financeiros do seu Estado, entendíamos ontem e entendemos hoje, que a Central do Paraná haverá de configurar, haverá de solidificar, haverá de concretizar a política de exportação pelo Porto de Paranaguá, de vez que o transporte rodoviário executado por profissionais autônomos carrega para o Porto de Santos as grandes riquezas paranaenses. Além das manifestações relativas à diminuição do percurso, além das manifestações relativas à economia do material rodante, além das manifestações relativas ao desafogo das safras da região produtora que representam nesta Casa, por tudo isto, e ainda pela situação difícil por que passava a empreiteira daquela estrada, nós desejávamos ver aprovado aquele empréstimo externo, para dar curso à grande obra que haverá de complementar o complexo ferroviário do nosso Estado, e da mesma forma como ontem falávamos a favor daquela estrada a favor da Mensagem, independente de distantes ajustes entre o Governador do Paraná, hoje aqui estamos a protestar pelo fato de se pretender retirar da apreciação desta colenda Assembleia, este Projeto, com o objetivo de levá-lo à apreciação do futuro Governador. Não é justo, não é razoável, não é absolutamente consentâneo com a independência dos homens que aqui têm assento, e por esta razão e por outras razões nós queremos dizer que somos favoráveis à matéria, e queremos, nesta oportunidade, dizer ao ilustre deputado Olavo Ferreira, que o MDB não pretende crescer sobre o divisionismo da área, situacionista, não pretende crescer sobre a divisão e a diferença de quem quer que seja, o que o MDB não pode, não admite e não pode absolutamente concordar, é que essas atitudes não sejam absolutamente independentes e estejam a sofrer a análise de homens incompetentes nesta conjuntura, neste mandato que temos a honra de portar.

Esta é a minha manifestação e deixo, neste momento, registrada nos Anais da Casa, propondo a votação da matéria, e meu voto será favorável mesmo porque o carro pega na matéria na indicação dos futuros Juizes dos Tribunais de Alcaldia, e onde certamente mais uma vez o futuro Governador e o atual Governador do Paraná estarão concordes, acredito eu, dentro de poucos dias.

Muito obrigado, sr. Presidente, srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Projeto de Lei n. 133-70. A Mesa deixa de acolher o requerimento.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente. De ante mão já sabia que a decisão de V. Exa. não podia ser outra, porque o nosso requerimento contraria o regimento interno, e a matéria se encontra em regime de urgência, razão porque, antes de V. Exa. deixar de submeter à apreciação do Plenário, retiro o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o Anteprojeto de Lei n. 133-70. Encerrada a discussão. — Aprovado.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência vai proceder a verificação solicitada.

Os srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n. 133-70, queiram levantar-se. 23 srs. Deputados aprovam o projeto. Os srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. 1 Deputado rejeita. — Aprovado o Projeto, em 1.ª discussão.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 217-69, de autoria do dep. Fuad Nacli, que cria uma Escola Normal Secundária, na sede do Município de Leopólis, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — Com SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 217-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Normal Secundária na sede do Município de Leopólis, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) Fuad Nacli

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO Projeto de Lei n. 217-69

1. — O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Fuad Nacli, tem por objetivo a criação de uma escola normal secundária na sede do Município de Leopólis, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2. — Na justificativa que acompanha o projeto, destaca o seu autor que o Município de Leopólis, devido ao seu crescimento vertiginoso, reúne condições para a criação de uma escola normal secundária visando formar novos professores para que possam ser ministradas as primeiras letras aos habitantes da região.

3. — O plano de lei é constitucional e seu objetivo elogiável, razão pela qual, s.m.j., opinamos pela sua aprovação, nos termos do substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 29 de janeiro de 1970.

(aa) Sílvio Barros — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Olívir Gabardo

Ivo Tomazoni

Comissão de Constituição e Justiça SUBSTITUTIVO

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada uma Escola Normal Secundária na sede do Município de Leopólis, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Sílvio Barros, Presidente — Ovídio Franzoni, Relator

Comissão de Instrução Pública

PARECER AO Projeto de Lei n. 217-69.

1.º — O presente plano de lei foi regimentalmente examinado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, a qual concluiu pela sua constitucionalidade e legalidade. Na mesma oportunidade, ao projeto original, foi oferecido um substitutivo geral, o qual se acha anexo ao processo.

2.º Quanto à questão de mérito que esta Comissão deve se ater, a justificativa do autor convence-nos, plenamente, da oportunidade da sua apresentação.

3.º — Nestas condições, somos pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1970.

(aa) Olavo Ferreira — Presidente, Igo Looso — Relator.

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 217-69

Objetiva o nobre deputado Fuad Nacli criar no município de Leopólis, uma Escola Normal Secundária.

Em se tratando da criação de uma unidade escolar, que muito vem beneficiar a cidade de Leopólis, opinamos pela aprovação, por entendermos ser justa a matéria. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 3 de junho de 1970.

(aa) Roberto Galvani, Presidente — Roberto Wypych, Relator.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 213-69, de autoria do dep. Luiz Malucelli, que transfere ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, as estradas que servem a "Colônia Wytmarsum", ligando a BR-277 e a Rodovia do Café. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 213-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica transferido ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, as estradas que servem a "Colônia Wytmarsum", ligando a B.R.-277 e a Rodovia do Café.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 7 de outubro de 1970.

(a) Luiz Renato Malucelli

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER ao Projeto de Lei n. 213-69.

1.º Visa o nobre deputado Luiz Renato Malucelli, através do presente plano de lei, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de melhoria e conservação, as estradas que servem a Colônia Wytmarsum, ligando a BR-277 e a Rodovia do Café.

2.º O projeto em articulado e devidamente justificado, atendendo determinação do Regimento Interno.

3.º O mesmo não fere qualquer disposição constitucional e legal. Quanto a sua oportunidade, é evidente.

4.º Em face de tais razões, somos pela sua aprovação.

E o Parecer.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1969.

(aa) Emílio Carrazzi — Presidente

Ivo Tomazoni — Relator.

Sílvio Barros

Comissão de Finanças

PARECER ao Projeto de Lei n. 213-69

1.º O presente plano de lei, de autoria do nobre dep. Luiz Renato Malucelli, objetiva transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, as estradas que servem a "Colônia Wytmarsum", ligando a BR-277 e a Rodovia do Café.

2.º O projeto não sofreu restrição de qualquer ordem, na Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu parecer favorável.

3.º A Proposição em exame, tem grande alcance, pois trará, inevitavelmente, condições satisfatórias para o escoamento dos produtos produzidos por aquela Colônia, notadamente o leite, alimento indispensável à população desta Capital, onde são comercializados.

Em face das razões expostas, somos pela aprovação do projeto.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 5 de fevereiro de 1970.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

João Mansur — Relator.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 213-69

1.º — A proposição em exame, de autoria do nobre Deputado Luiz Renato Malucelli, mereceu parecer favorável na Douta Comissão de Constituição e Justiça, bem como na de Finanças.

2.º Quanto ao mérito que a Esta Comissão cabe examinar, a justificativa do autor convence-nos plenamente. Aliás, falar do acerto e da oportunidade da iniciativa, é falar do óbvio.

3.º Isto posto, somos pela aprovação do projeto. E o Parecer.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1970.

(aa) Agnaldo Pereira Lima, Presidente — Ivo Tomazoni, Relator

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 149-69, de autoria do dep. Ovídio